

“Não somos pedintes”, declara Gros

“Não somos pedintes. Portanto, não tem sentido implorar por um crédito que não interessa apenas ao Brasil”, disse ontem o presidente do Banco Central, Francisco Gros, ao definir a estratégia de negociação a ser usada hoje com os bancos credores, em Nova York, quando será discutida a renovação dos vitais créditos comerciais e interbancários. Por enquanto, segundo ele, será pedida uma prorrogação de noventa dias até que termine a renegociação da dívida.

O encerramento desta discussão, porém, não tem data marcada, já que nem mesmo o ministro Dilson Funaro tem idéia sobre quando virá —e se virá— uma resposta dos países e bancos credores. “Duvido que suspendam estes créditos”, disse Funaro, enquanto estava em Londres. “Seria a principal arma de negociação dos banqueiros, mas, ao mesmo tempo, sufocariam o país”.

“Acho que não interessa a ninguém

inviabilizar as condições que uma nação tem de pagar sua dívida”, disse Gros, ontem, depois de retornar de dois encontros com dirigentes “The Long Term Credit Bank of Japan” e do “Fuji Bank”. Otimismo?

“Não”, responde o ministro Dilson Funaro. “Pragmatismo”. Há fortes indícios de que a suspensão de créditos de curto prazo não ocorrerá, pelo menos ostensivamente, embora insinue-se que estrangulamentos localizados podem surgir. A questão é vital: sem estes créditos, por exemplo, seria para o Brasil bem mais difícil importar; todas as importações teriam de ser pagas à vista. E, ao mesmo tempo, o pagamento da exportação seria retardado. Quando alguém importa do Brasil, ele recebe um financiamento a ser pago em seis meses, um dinheiro que, entretanto, foi recebido à vista. Suspensos os créditos comerciais, o Brasil pagaria à vista e receberia a prazo.

Durante as conversas com os

principais dirigentes de bancos do Japão —e, portanto, do mundo, devido a desvalorização do dólar em relação ao iene— Funaro e Gros saíram aparentemente seguros de que os créditos serão renovados. Mas, no Banco do Brasil em Nova York, não existe tanta certeza: acredita-se que, de fato, haverá renovação, mas não seria em condições generosas. O senador Roberto Campos e o deputado Delfim Netto acham que o sistema financeiro iria administrar a escassez destes créditos para ir enfraquecendo o já enfraquecido poder de barganha do Brasil.

De concreto, Funaro obteve, na audiência com o ministro japonês da Indústria e Comércio Internacional, Hajime Tamura, a promessa de destinar recursos para investimento numa fábrica de alumínio localizada em Bancarena (PA)—um projeto nipo-brasileiro. (GD)